

CICLO DE ESTUDOS: **PSICOLOGIA**  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: **UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
UNIDADE ORGÂNICA: **FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS (UCP)**  
NÚMERO PROCESSO: **ACEF/2425/1101861**  
GRAU: **LICENCIADO**  
DECISÃO: **ACREDITAR**  
DATA PUBLICAÇÃO: **2025-07-14**

## **DECISÃO DO CA**

**DECISÃO:**  
Acreditar

**DATA DE ACREDITAÇÃO:**  
2025-07-31

**PERÍODO DE ACREDITAÇÃO:**  
6 anos

**NÚMERO MÁXIMO DE ADMISSÕES:**  
60

**TIPO DE ALTERAÇÕES AO CICLO DE ESTUDOS:**  
Com alterações ao ciclo de estudos

### **FUNDAMENTAÇÃO EM PT:**

Este ciclo de estudos foi avaliado de acordo com o n.º 2 da Deliberação n.º 1342/2024 - Simplificação dos procedimentos de avaliação de ciclos de estudos em funcionamento. A proposta apresentada cumpre os requisitos de qualidade indicado no artigo 4.º da Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto (RJAES), alterado pelo Artigo 2.º da Lei n.º 94/2019 - DR n.º 169/2019, Série I de 2019-09-04, em vigor a partir de 2019-09-05. Estando verificados todos os requisitos legais, o Conselho de Administração tem intenção de acreditar o ciclo de estudos por 6 anos. A alteração da estrutura curricular/plano de estudos foi aceite. O aumento do NMA solicitado não é aprovado por não se considerar assegurado o cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do Artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 65/2028, de 16 de agosto.

### **FUNDAMENTAÇÃO EM EN:**

This study programme has been assessed in accordance with paragraph 2 of Resolution No. 1342/2024 - Simplification of assessment procedures for study programmes in operation. The proposal submitted complies with the quality requirements indicated in Article 4 of Law No. 38/2007, of 16 August (RJAES), as amended by Article 2 of Law No. 94/2019 – Official Journal (DR) No. 169/2019, Series I of 2019-09-04, in force from 2019-09-05. Since all legal requirements have been met, the Management Board intends to accredit the study programme for 6 years. The changes in the curricular structure/study plan have been accepted. The requested increase in the MNA has not been approved since compliance with the provisions of Article 57(1)(b) of Decree-Law no. 74/2006, of March 24, as amended by Decree-Law no. 65/2028, of August 16, is not deemed to have been ensured.